

OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia Para uma Re(li)gião**. Sudene, Nordeste. Planejamento e conflitos de classe. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

**Hiago Pereira Barbosa**  
Faculdade de Ciências e Tecnologia – Universidade Estadual Paulista (UNESP)  
Licenciado em Geografia  
hiagopb30@gmail.com

Francisco de Oliveira discorre sobre como as peculiaridades de uma política em âmbito regional, a implantação da SUDENE (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste) - sintetizada como a tentativa de coordenar o desenvolvimento da região Nordeste do Brasil – se insere na dinâmica de reprodução do capital, bem como a homogeneização dessa prática em diferentes regiões do Brasil. O autor ainda discorre sobre o conceito de região, propondo uma relação dialética dos conflitos de classes pautadas na interferência da política e da economia no (re)desenho das regiões.

Outro aspecto presente no livro são as questões ligadas ao planejamento regional, a partir de uma retrospectiva dessa ação em território brasileiro e de hipóteses, prospecções para futuras ações de planejamento regional. Vale ressaltar, que o palco de estudos deste livro é pautado a partir da região Nordeste, via a SUDENE e suas relações com a expansão capitalista no Brasil e seus desdobramentos.

De acordo com o autor, o livro se propõe a analisar as relações do Estado com a sociedade brasileira, por meio do estudo da emergência do planejamento regional, sobretudo pautado na política de desenvolvimento da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE.

O autor tem como pretensão oferecer uma versão e uma interpretação da história do Nordeste e do Brasil, no que concerne aos aspectos econômicos, sociais e políticos. O livro traz ainda, um retrospecto sobre os acontecimentos diante do cenário já explicitado, como também procura trazer algumas hipóteses.

No que tange ao planejamento, o autor discorre sobre o padrão “planejado” como:

O padrão “planejado” não é, desse ponto de vista, senão uma **forma transformada do conflito social**, e sua adoção pelo Estado em seu relacionamento com a sociedade é, antes de tudo, um **indicador do grau de tensão daquele conflito**, envolvendo **as diversas forças e os diversos agentes econômicos, sociais e políticos**. (OLIVEIRA, 1987, p. 23, grifo nosso).

Recebido em 27/04/2014 / Aprovado para publicação em 18/10/2014.

OBSERVATORIUM: Revista Eletrônica de Geografia, v.6, n.17, p. 138-142, out. 2014.

A partir dessa citação, podemos perceber a importância das diversas forças e os diversos agentes econômicos, sociais e políticos que são influentes nessa transformação do conflito social e suas tensões. Lembrando que essas diversas forças e os diversos agentes são repletos de interesses próprios, ligados muitas vezes, ao capital internacional e os interesses globais, aumentando esse grau de tensão dos conflitos sociais.

A superação da contradição básica do sistema de produção capitalista, que se instala no cerne da própria mercadoria não pode ser realizada pelo planejamento. O planejamento em um sistema capitalista não é mais que a forma de racionalização da reprodução ampliada do capital (OLIVEIRA, 1987).

Oliveira (1987) considera a compreensão da emergência do planejamento regional no Nordeste do Brasil sob o enfoque dos “desequilíbrios regionais” para analisá-los com a ótica da divisão regional do trabalho no Brasil, vale dizer sob a ótica do processo de acumulação de capital e homogeneização do espaço econômico do sistema capitalista brasileiro.

Outro ponto é uma tendência para a completa **homogeneização** da reprodução do capital e de suas formas, sob a égide do processo de concentração e centralização do capital, que acabaria por fazer desaparecer as regiões, no sentido indicado por esta investigação.

O que preside o processo de constituição das regiões é o modo de produção capitalista, e no interior deste, as regiões são somente espaços socioeconômicos onde uma das formas do capital se sobrepõe às demais, igualando a região exatamente pela sua predominância e pela consequente constituição de classes sociais, cuja hierarquia e poder são determinados pelo lugar e pela forma em que agem os agentes do capital.

Citando uma fala de Paul Baran em 1963, onde afirma que “não é o planejamento que planeja o capitalismo, mas é o capitalismo que planeja o planejamento”, podemos perceber a articulação da dimensão regional que está atrelada à reprodução do capital, ou seja, os agentes e as forças fomentadoras que gerem o sistema planejam o planejamento segundo seus interesses, sobretudo inerentes à reprodução e acumulação de capital.

Outro aspecto, bem discutido atualmente e, é ressaltado no estudo de Oliveira, é a subordinação de forma hierárquica ao capital internacional, que é facilitada pela estrutura de produção reproduzida sob as leis iminentes do movimento do capital presente no território brasileiro. Fica mais nítido no cenário atual a presença da oligopolização dos agentes públicos (grandes estatais) e privados (grandes grupos nacionais e transnacionais) nas obras de planejamento regional. Vale ainda, ressaltar que os planos regionais são elaborados a partir de uma estrutura vertical e de forma hierárquica.

A metodologia a ser realizada nas ações de planejamento deve recusar qualquer “finalismo” na análise da emergência do processo de planejamento regional, ou seja, é preciso analisar o desdobramento da investigação a partir dos fatos, do ritmo e do momento de atuação/interação de cada agente, força política e econômica. Nesse sentido, várias propostas de planejamento se equivocam nesse âmbito, pois desconsideram os pontos supracitados, ou seja, os fatos, os ritmos e o momento de atuação, bem como a relação entre as escalas de análise, poder e espaço-temporal, que são aspectos importantíssimos a serem considerados no momento de elaboração da metodologia.

O conceito de região segundo Oliveira (1987, p. 27) é entendido como:

A região pode ser pensada praticamente sob qualquer ângulo das diferenciações econômicas, sociais, políticas, culturais, antropológicas, geográficas, históricas. A mais enraizada das tradições conceituais de região é, sem nenhuma dúvida, a geográfica no sentido amplo, que surge de uma síntese inclusive da formação sócio-econômica-histórica baseada num certo espaço característico.

A partir desse conceito de região, pode-se perceber que há a junção de fatores no âmbito da política e da economia. O autor se fundamenta na especificidade da **reprodução do capital**, nas formas que o processo de acumulação assume, na estrutura de classes peculiar a essas formas e, portanto, também nas formas da luta de classes e do conflito social em escala mais geral.

Para o autor a expansão do capitalismo monopolista no país assinala, no limite, para a dissolução das regiões, enquanto espaços de produção e apropriação do valor – especiais e diferenciados. E essa expansão gera desdobramentos diferentes segundo a área em que esta atua com consequências e imposições.

E por fim (no que concerne ao conceito de região - proposto pelo autor), o autor apresenta um conceito de região onde essa, é o espaço onde se imbricam dialeticamente uma forma especial de luta de classes, onde o econômico e o político se fundem e assumem uma forma especial de aparecer no produto social.

Nesse sentido, outro assunto interessante e que deve ser debatido é a questão das especificidades de cada região e como se dá as relações dessas regiões com as demais, inseridas num contexto de escalas nacional, regional e até mesmo local. Pensando ainda, numa economia nacional que globalmente se reproduz sob arranjos da reprodução ampliada do capital.

Dessa forma, o autor propõe a utilização do enfoque de diferenças na divisão regional do trabalho, pode encontrar terreno próprio para o entendimento das relações inter-regionais, abandonando a abordagem dos desequilíbrios regionais, ou seja, o enfoque se centra nas contradições postas pelas formas diferenciadas de reprodução do capital e das relações de produção.

É nesse sentido, que o planejamento ascende como uma forma de intervenção do Estado sobre as contradições entre a reprodução do capital em escala nacional e regional. E ainda assim, procurar refletir sobre a articulação com a escala local, haja vista que o planejamento regional trará resultados, sobretudo na escala da rede urbana que está inserida numa escala regional (que é constituída por comandos globais e nacionais), ou seja, está inserida num processo de regionalização, que apresenta certas especificidades segundo as suas formas distintas de reprodução do capital e de relações de produção.

Para o autor fica claro que essa intervenção que ocorreu no Nordeste (via SUDENE) não pode ser caracterizada como planejamento, pois a SUDENE é um mecanismo de destruição acelerada da própria economia regional do Nordeste, no contexto do movimento de integração nacional mais amplo.

Segundo Oliveira (1987) o "planejamento é, pois, essa forma de transformação dos pressupostos da produção, essa passagem da mais-valia captada pelo Estado como imposto, e sua conversão em capital entregue à grande burguesia do Centro-Sul" (p. 113).

As contradições da reprodução do capital e das relações de produção em cada uma, ou pelo menos, duas principais regiões do Brasil (Centro-Sul e Nordeste), é entendida como sinal de uma redefinição da divisão regional do trabalho no conjunto do território nacional, que começam a aparecer como conflito entre duas regiões, uma em crescimento, e outra em estagnação, respectivamente.

O autor ainda afirma que "é nesse contexto, e tendo por objetivo explícito a atenuação ou pelo menos a contenção da intensificação das disparidades regionais, a correção dos desequilíbrios regionais, que nasce o planejamento regional para o Nordeste (p. 37)".

Por meio da leitura da obra de Francisco de Oliveira, produzida na década de 1970, é possível identificar alguns pontos importantes associados às práticas de planejamento regional, como a presença dos **agentes econômicos e políticos** nesta prática, sendo estes carregados de interesses próprios; a **presença do capital internacional** que atua nessas ações de planejamento; a **interação das escalas** do planejamento regional, que são fortemente influenciadas pelo mercado global; a própria questão do **conceito de região**, como também as

**diferenciações entre as regiões** presentes no território brasileiro; a **acumulação de capital** privado e estatal ao participar e fomentar as ações de planejamento; e por fim, a própria questão da **divisão regional do trabalho** na escala nacional.

Oliveira desta forma traz um apanhado de questões sobre o planejamento regional, tendo como base a região Nordeste e sua política de desenvolvimento, a SUDENE. E também, a própria questão da acumulação de capital e a divisão regional do trabalho, que intensificam os conflitos de classes, consequentemente aumentando as desigualdades intra e entre as regiões.

Nesse ponto em relação à prática do planejamento regional, Oliveira (1987) deixa claro que o “planejamento em um sistema capitalista não é mais que a forma de racionalização da reprodução ampliada do capital” (p. 24), ou seja, o planejamento é uma importante arma para se reproduzir mais capital, que consequentemente gerará uma maior acumulação de capital por parte dos agentes (econômicos e políticos) que realizam a prática do planejamento.